

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018



ALAGOAS ATIVOS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Acionista e Administradores da
Alagoas Ativos S.A.
Maceió - AL

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Alagoas Ativos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Alagoas Ativos S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Auditoria dos saldos iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes sobre os saldos de 31 de dezembro de 2017, que estão sendo contemplados nessas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia iniciou suas operações em 27 de novembro de 2017 e, dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo comparadas com o período compreendido entre 27 de novembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devem ser lidas nesse contexto.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

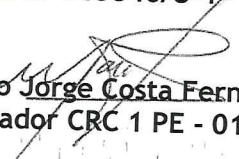


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió, 19 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL


Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE - 011500/O-6 - S - AL



ALAGOAS ATIVOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)		Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.248	9.912	Fornecedores	6	15	861
Adiantamentos a funcionários		11	-	Obrigações trabalhistas	7	67	23
		<u>5.259</u>	<u>9.912</u>	Obrigações tributárias	8	11	7
				Outras contas a pagar		-	19
Não circulante						<u>93</u>	<u>910</u>
Tributos a recuperar	4	56	-	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	5	422	21	Capital social		10.000	10.000
Intangível		7	-	Prejuízos acumulados		(4.349)	(977)
		<u>485</u>	<u>21</u>			<u>5.651</u>	<u>9.023</u>
Total do ativo		<u><u>5.744</u></u>	<u><u>9.933</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>5.744</u></u>	<u><u>9.933</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
(+/-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(2.677)	(914)
Despesas com pessoal	12	(989)	(64)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.666)	(978)
Receitas financeiras	13	296	1
Despesas financeiras	13	(2)	-
(=) Resultado financeiro líquido		294	1
Prejuízo do exercício / período		(3.372)	(977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício / período	(3.372)	(977)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.372)	(977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
Integralização de capital em 08 de dezembro de 2018 (não auditado)	10.000	-	10.000
Prejuízo do período (não auditado)	-	(977)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	10.000	(977)	9.023
Prejuízo do exercício	-	(3.372)	(3.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.000	(4.349)	5.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	(3.372)	(977)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa:		
com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8	-
Provisões de férias	45	8
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	(1)
	(3.319)	(970)
(Aumento) nos ativos operacionais		
Adiantamentos a funcionários	(11)	-
Tributos a recuperar	(56)	-
	(67)	-
Aumento/(diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(846)	861
Obrigações trabalhistas	(1)	15
Obrigações tributárias	4	7
Outras contas a pagar	(19)	19
	(862)	902
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.248)	(68)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(7)	-
Aquisição de imobilizado	(409)	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(416)	(20)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	-	10.000
(Diminuição)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.664)	9.912
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.912	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.248	9.912
(Diminuição)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.664)	9.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Alagoas Ativos S.A “Companhia”, é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas, gerir ativos patrimoniais do Estado ou de Entidades da Administração Indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como principais administradores, o Sr. Helder Gonçalves Lima (Presidente) e a Sra. Emilly Carolinne Lisboa Leite Pacheco (Diretora Executiva).

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 - Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 - Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 - Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, a continuidade está condicionada ao fato da Alagoas Ativos S.A. vir a lograr êxito na celebração de Parcerias Públicos Privadas para o Estado de Alagoas, acionista único, que no decorrer desta fase, cobre as suas necessidades de caixa.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Até 31 de dezembro de 2018, a consultoria havia entregue a Administração da Companhia o resultado de cinco, do total de onze produtos contratados, sendo quatro deles, faturados durante o exercício auditado.

O valor orçado para pagamento dos serviços de consultoria desta natureza é de R\$ 5.600. Até a data das demonstrações contábeis, o contrato havia sido aditado por duas vezes, em 08 de agosto e 07 de dezembro de 2018, sem alteração no valor total.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 19 de março de 2019.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Ativos Financeiros

2.2.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.1.2. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.2.1.3. Provisão para contingências

São provisionadas as contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda como "Provável" na referida data base (Nota explicativa nº 13).

2.2.1.4. Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Por essa razão, durante o exercício não foram reconhecidas receitas operacionais no resultado. Contudo, quando as receitas forem reconhecidas no resultado, serão consideradas estimativas associadas com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços ao final do período de referência.

A receita de reembolso de projetos será reconhecida no resultado quando a Companhia for reembolsada pela aprovação e execução dos projetos. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

2.2.1.5. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e/ou tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018. No entanto, na avaliação da Administração da Companhia, as referidas revisões não produziram impactos nas demonstrações contábeis.

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018):

O CPC 47, Receita de Contrato com Cliente, foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

De acordo com a alteração, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada passou a ser exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma avaliação do CPC de forma mais detalhada, no entanto, a Administração da Companhia entende que a adoção do CPC 47 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia para estas operações. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018):

O CPC 48 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de créditos para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

As exigências de classificação e mensuração substituem os atuais critérios de mensuração com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com e sem reciclagem) e valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Os impactos do novo pronunciamento não afetam as operações realizadas pela Companhia. Não identificamos nenhuma alteração na forma de contabilização da Companhia e nas suas operações e nenhum outro impacto nos registros existentes.

CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01 de janeiro de 2018):

A Norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não se espera que as novas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (Não auditado)
Caixa	-	1
Bancos - Aplicações financeiras	5.248	9.911
	<u>5.248</u>	<u>9.912</u>

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários em bancos de primeira linha, pode-se afirmar que estes, estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados, os rendimentos pós-fixados rendem em torno de 103,07% e 101,51% do CDI.

4. Impostos a recuperar

	2018	2017 (Não auditado)
Imposto de renda retido na fonte	56	-
	<u>56</u>	<u>-</u>

Corresponde aos créditos de impostos a recuperar, retidos sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

5. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Aparelhos celulares	Total
Saldos em 27 de novembro de 2017 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	13	-	9	-	22
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-	-	13	-	9	-	22
Aquisições	-	-	95	33	21	10	410
Depreciação	118	(1)	(2)	(1)	(5)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	118	131	106	32	24	10	422
Custo acumulado	118	132	108	33	29	10	431
Depreciação acumulada	-	(1)	(2)	(1)	(5)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	118	131	106	32	24	10	422
Taxa de depreciação anual (%)	20	10	20	10	20	20	-

As quotas de depreciação são estabelecidas de acordo com a vida útil de cada bem.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

6. Fornecedores

	2018	2017 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	15	861
	15	861

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, contexto operacional, os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da prestação de serviços de consultoria. O custo com estes serviços de consultoria compreendem as principais obrigações da Companhia com fornecedores.

7. Obrigações trabalhistas

	2018	2017 (Não auditado)
Encargos a recolher (FGTS, INSS)	21	15
Provisões de férias	45	8
Total	67	23

8. Obrigações tributárias

	2018	2017 (Não auditado)
IRRF - a recolher	9	7
Outras obrigações tributárias	2	-
	11	7

9. Operações com partes-relacionadas

Honorários da administração

Não houve remuneração extraordinária dos administradores, conselheiros e diretores da Companhia no resultado do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 10.000 representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

10.1. Reservas e distribuição de resultados

O Estatuto Social da Companhia determina através do Art. 32, que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no Artigo 176 da Lei 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

11. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os valores contábeis dos instrumentos financeiros estão representados pelas contas de caixa e saldos de conta corrente de depósitos bancários.

11.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado conciliados aos saldos contábeis

Derivativos

As operações da Companhia não estão sujeitas a fatores de riscos envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

12. Despesas operacionais

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
Aluguel	243	43
Conselheiros	292	18
Cursos e capacitações	109	-
Depreciação e amortização	8	-
Encargos sociais	208	15
Energia elétrica	13	2
Férias	82	5
Internet	6	-
Materiais de expediente	22	2

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
Outras despesas	26	-
Salários	698	44
Serviços de consultoria	1.409	840
Serviços de terceiros	243	8
Sistemas operacionais	7	-
Telefone	4	-
Veículos	62	-
Viagens	233	-
	3.666	978

13. Resultado financeiro líquido

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros de aplicações		
Subtotal	296	1
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias		
Subtotal	(2)	-
	(2)	-
Resultado financeiro líquido	294	1

12. Contingências

Com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critérios de reconhecimento das provisões estabelecidos pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possui questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil, que deveriam ser reconhecidos uma provisão para prováveis desembolsos ou divulgações de causas classificadas com probabilidade perda possível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia informa que não foram identificados eventos subsequentes significativos ou transações que dariam origem a ajustes nos saldos contábeis demonstrados, considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2018 até a data da conclusão das referidas.